



**ACÓRDÃO Nº584/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12252/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Borba.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Edilson Fonseca Batista (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - OAB/AM 3149.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP e DICREA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1856/2021-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Borba. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa.  
Recomendação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Câmara Municipal de Borba**, exercício de 2019, de responsabilidade do Sr. **Edilson Fonseca Batista**, Vereador-Presidente, nos termos do art. 22, II da Lei Orgânica nº 2423/1996.

**10.2. Aplicar Multa** ao Sr. **Edilson Fonseca Batista** no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais) com fundamento no art. 54, VII da Lei Orgânica nº 2423/1996 (anteriormente no art. 53, parágrafo único da Lei Orgânica nº 2423/1996) c/c art. 308, VII da Resolução TCE/AM nº 04/2002 (Regimento Interno), em razão das impropriedades constantes nos itens 18.4 e 18.5 do Relatório/Voto, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo



**ACÓRDÃO Nº584/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Aplicar Multa ao Sr. Edilson Fonseca Batista no valor de R\$ 5.120,40** (cinco mil, cento e vinte reais e quarenta centavos), com fundamento no art. 308, I, "a" da Resolução TCE/AM nº 04/2002 (Regimento Interno), em razão do atraso na remessa dos balancetes mensais nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2019 (R\$ 1.706,80 x 3), e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Aplicar Multa ao Sr. Edilson Fonseca Batista no valor de R\$ 1.706,80** (mil setecentos e seis reais e oitenta centavos), com fundamento no art. 308, I, "c" da Resolução TCE/AM nº 04/2002 (Regimento Interno), em razão do atraso na remessa do Relatório de Gestão Fiscal - RGF relativo ao segundo semestre de 2019, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do



**ACÓRDÃO Nº584/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Recomendar à Câmara Municipal de Borba que:**

- 10.5.1.** Insira nos contratos administrativos a obrigação de manter durante toda a execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório, em atendimento ao art. 55, XIII da Lei 8.666/1993 ou 92, XVI da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
- 10.5.2.** Insita nos contratos administrativos cláusula contratual de acréscimos e decréscimos, em referência ao valor do objeto, de acordo com os limites estabelecidos;
- 10.5.3.** Observe com rigor o disposto no art. 42 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- 10.5.4.** Envie esforços para obtenção tempestiva da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente às atividades de elaboração de projeto básico/termo de referência, quando da realização das mesmas;
- 10.5.5.** Enfide esforços para obtenção tempestiva da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente às atividades de fiscalização de obras e/ou serviços de engenharia, quando da realização das mesmas;
- 10.5.6.** Promova a qualificação dos servidores quanto a fiscalização contratual.

**10.6. Dar ciência ao Sr. Edilson Fonseca Batista, por meio de sua Advogada, Dra. Renata Andréa Cabral Pestana Vieira, OAB/AM 3.149 acerca do teor do Acórdão e do Relatório/Voto.**

